

AMAZÔNIA

Texto I

O bioma Amazônia ocupa 4,1 milhões de km², representando 48% do território brasileiro. Existem hoje 50 unidades de proteção integral (federais e estaduais), 77 unidades de uso sustentável (federais e estaduais) e 259 terras indígenas, ocupando 4,12%, 8,99% e 22,86% do bioma, respectivamente.

N. Bensusan (org.). *Seria melhor ladrilhar?* In: N. Bensusan. *Biodiversidade, como, para que, por quê*. Brasília: ISA/UnB, 2000.

Texto II

Vários estudos sugerem que a diversidade de espécies, de ecossistemas e genes não é apenas um fenômeno natural, mas também cultural, isto é, seria inclusive resultado da ação humana. De acordo com esses estudos, as populações humanas não somente convivem com florestas e conhecem os seres que aí habitam, como as manejam, ou seja, manipulam seus componentes orgânicos e inorgânicos. Portanto, como salienta Ribeiro (1990), o manejo das espécies naturais por populações amazônicas resulta no aumento de comunidades vegetais e na sua integração com espécies animais e com o homem.

Brasil, MMA. *Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade na Amazônia brasileira*. Brasília: MMA/SBF, 2001 (com adaptações).

A partir da leitura dos textos I e II e considerando o tema unidades de conservação (UC), julgue os itens a seguir.

- 79** Em 336 unidades de conservação existentes no bioma amazônico é permitida a exploração direta de recursos naturais.
- 80** Uma vez que se trata de unidades de conservação de uso sustentável, as reservas extrativistas comportam a extração de recursos minerais, se estes forem obtidos e comercializados pelas comunidades que vivem nas UC.
- 81** Em virtude da situação descrita no texto II, não estão legalmente previstas ações governamentais de monitoramento e conservação ambiental em terras indígenas, que estão destinadas à conservação daquelas populações humanas e de suas culturas. A longa coexistência dessa população com o ambiente amazônico já garante a conservação do ecossistema.
- 82** Não é possível inferir do texto I que as 50 UC de proteção integral estejam localizadas em terras públicas.

O MMA concluiu a etapa inicial de implantação do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR) ao assinar, na última semana, convênio com o governo do Amazonas. Todos os estados da região estão recebendo recursos para implementar o programa e manter as atividades do núcleo de gerenciamento. Último estado a assinar o convênio com o MMA e a Secretaria de Coordenação da Amazônia, o Amazonas receberá R\$ 266 mil. Os recursos serão destinados à elaboração do plano de ecoturismo, projetos de infra-estrutura para proteção de sítios arqueológicos e compra de equipamentos, como veículo de cabine dupla, lancha e computadores.

Internet: <http://www.funbio.org.br/port/noticias/clip12a_00.htm> (com adaptações).

Com base nesse texto e considerando o tema turismo na Amazônia, julgue os itens subsequentes.

- 83** Por se tratar de um programa que envolve três ministérios, o PROECOTUR conta com um comitê interinstitucional que busca promover a integração institucional dos órgãos e entidades do governo federal responsáveis por atividades compatíveis e complementares com aquelas do programa. Esse comitê é presidido pelo ministro do Meio Ambiente.
- 84** O PROECOTUR foi estruturado em três componentes: planejamento do ecoturismo na Amazônia Legal, gerenciamento do ecoturismo nas áreas selecionadas e fortalecimento do segmento ecoturístico.
- 85** No estado do Amapá, os resultados da Agenda Positiva indicaram o ecoturismo como uma das prioridades. Os resultados da agenda apontam, entre outros objetivos, a capacitação de recursos humanos para o turismo sustentável, com inserção das populações tradicionais, e a integração com o Platô das Guianas.

Um proprietário rural do estado do Mato Grosso deseja criar gado em sua propriedade de 400 ha, localizada em área de floresta, e solicita autorização para desmatar 10% da propriedade ao longo do ano corrente.

Com base nessa situação hipotética e na legislação vigente, julgue os itens que se seguem.

- 86** É necessária a vistoria técnica da área, por se tratar de desmatamento a taxa superior a 3 ha/ano.
- 87** Por força de lei, o desmatamento deverá ser necessariamente autorizado, uma vez que corresponde a menos de 20% da área da propriedade.
- 88** Caso a propriedade em questão apresente uma área com árvores frutíferas, o proprietário não poderá computar essa área para o cumprimento da manutenção da área de reserva legal.

estado	1998		1999		2000	
	km ²	%	km ²	%	km ²	%
Mato Grosso – MT	6.466	37,2	6.963	40,3	6.369	34,9
Pará – PA	5.829	33,5	5.111	29,6	6.671	36,6
Rondônia – RO	2.041	11,8	2.358	13,6	2.465	13,6
outros estados amazônicos	3.047	17,5	2.827	16,5	2.721	14,9
total (Amazônia Legal)	17.383	100,0	17.259	100,0	18.226	100,0
subtotal (MT, PA e RO)	14.366	82,5	14.432	83,5	15.505	85,0

MMA. Modelo de licenciamento ambiental em propriedade rural na Amazônia Legal. 2001.

A tabela acima refere-se à participação dos estados de Mato Grosso, Pará e Rondônia no desmatamento regional, entre 1998 e 2000. Considerando essa tabela e o processo de desmatamento na Amazônia, julgue os itens seguintes.

- 89** O estado de Rondônia foi o que apresentou menores taxas de desmatamento, entre os estados onde ocorre o bioma amazônico, nos anos considerados na tabela.
- 90** A pecuária extensiva e a conversão de solos para agricultura são fatores relevantes para a ocorrência do processo de desmatamento nos estados de MT, PA e RO no período mostrado.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O zoneamento ecológico-econômico (ZEE) federal representa uma compartimentalização hierarquizada do espaço geoeconômico nacional, baseada no recorte geográfico estabelecido pelos eixos nacionais de integração e desenvolvimento do PPA. O ZEE federal deverá dividir cada uma das áreas abrangidas pelos eixos do PPA em unidades ambientais caracterizadas por uma identidade estrutural e funcional, tal que representem situações equi-problemáticas e equi-potenciais em termos de desenvolvimento e preservação.

Internet: <<http://www.mma.gov.br>>.

Com relação ao tema abordado no texto acima, julgue os itens a seguir.

- 91** O ZEE busca mediar os conflitos e ordenar as soluções que envolvem a atividade econômica e o uso dos recursos naturais.
- 92** O Plano Plurianual (PPA) é objeto de preocupação e de mobilização do governo como um todo, em suas diversas áreas.
- 93** As “unidades ambientais” referidas no texto representam uma agregação de áreas com absoluta homogeneidade interna de dados, ou seja, que não apresentam variância interna efetiva.
- 94** O primeiro nível hierárquico do ZEE federal dos eixos do PPA são os domínios dos macrovetores de desenvolvimento regional.

Os instrumentos econômicos podem ser classificados em dois tipos:

- I incentivos que atuam na forma de prêmios;
- II incentivos que atuam na forma de preços.

Os primeiros requerem um comprometimento de recursos do tesouro, enquanto os segundos geram fundos fiscais. Nos instrumentos que atuam indiretamente sobre os preços, procura-se estabelecer níveis desejados de uso do bem ou serviço ambiental como, por exemplo, a quantidade total de poluição ou de uso permitida, por meio da distribuição de certificados ou direitos de propriedade que são distribuídos entre os usuários ou produtores.

Ronaldo Seroa da Motta. Regulação e instrumentos baseados no mercado: aspectos conceituais. In: Ronaldo Seroa da Motta e Carlos Eduardo Frickmann Young (orgs.). Instrumentos econômicos para a gestão ambiental no Brasil. Rio de Janeiro, dez./1997.

A respeito do assunto em questão no texto acima, julgue os itens seguintes.

- 95** O princípio “poluidor/usuário-pagador” está contemplado nos instrumentos econômicos do tipo II.
- 96** Nos incentivos do tipo II, o objetivo da atuação direta sobre os preços é a externalização dos custos privados nos custos ambientais que os agentes econômicos incorrem no mercado em atividades de produção e consumo.
- 97** Nos instrumentos do tipo II, no caso de ausência de mercados, criam-se mecanismos que acabem por estabelecer um valor social.
- 98** O crédito subsidiado e a isenção de impostos fazem parte dos instrumentos do tipo I.

BIODIVERSIDADE E FLORESTAS

À luz do direito internacional do meio ambiente e de sua repercussão na legislação interna, julgue os itens a seguir.

- 103** Como decorrência da Convenção da Diversidade Biológica, a política de biodiversidade brasileira reconhece que a biodiversidade possui valor instrumental, merecendo pronta intervenção do poder público, condicionada esta ao potencial econômico dos recursos naturais e à capacidade de satisfação das necessidades humanas.
- 104** A Convenção de Ramsar visa à proteção de aves aquáticas, instituindo regras garantidoras da função ecológica das zonas úmidas, cabendo a um comitê internacional composto de representantes das partes contratantes, com poderes normativos e decisórios, a formulação de recomendações, bem como a discussão sobre alterações na lista de zonas úmidas de proteção internacional, tendo em vista o caráter transfronteiriço dos fenômenos ligados ao bem tutelado.

No que se refere ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), julgue os seguintes itens.

- 105** Nos termos da Constituição Federal, as unidades de conservação estão sujeitas a regime especial de fruição e de modificabilidade.
- 106** De acordo com a Lei do SNUC, as unidades de conservação prescindem de delimitação territorial.
- 107** A depender do mecanismo a ser adotado pela administração para determinar o grau de importância e extensão das unidades de conservação, estas se classificam em dois grupos: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável.
- 108** As unidades de conservação podem ser criadas por lei ou por decreto do Poder Executivo, e também por medida provisória.

Em relação às áreas de preservação permanente e à reserva legal florestal, julgue os itens que se seguem.

- 109** O regime de preservação permanente e a reserva legal florestal protegem apenas florestas, tendo em vista a sua função ambiental relevante.
- 110** Na identificação do percentual de reserva legal, deve ser ressalvada a floresta situada em área de preservação permanente porventura existente na localidade, podendo ser admitido, porém, o cômputo das áreas relativas à vegetação nativa de área de preservação permanente, quando a soma da vegetação nativa na área de preservação permanente (APP) e na reserva legal exceder o percentual legalmente estipulado para esta última.

Segundo o relatório Nosso Futuro Comum, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades. Portanto, o desenvolvimento sustentado pressupõe que uma determinada região deva ser capaz de manter parcelas representativas (em termos ecológicos) de seus ecossistemas naturais, ao mesmo tempo em que permita atividades econômicas que gerem empregos e mantenham a integridade das culturas locais, proporcionando, inclusive, renda ao poder público e integrando a região à economia nacional e internacional. O ecoturismo entra aqui para contribuir na busca do desenvolvimento sustentável.

João Meirelles Filho. Ecoturismo. I – organização empresarial do ecoturismo (com adaptações).

No que se refere à temática retratada no texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 99** Porto Velho é o principal portal de entrada aéreo para o ecoturismo na amazônia brasileira.
- 100** No ecoturismo, todos os esforços devem estar concentrados na valorização da biodiversidade, não devendo merecer atenção outras temáticas ambientais de caráter eminentemente urbano, como a questão do lixo.
- 101** O ecoturismo é a prática de turismo de lazer, esportivo ou educacional, em áreas naturais, que se utiliza de forma sustentável dos patrimônios natural e cultural, incentiva a sua conservação, promove a formação de consciência ambientalista e garante o bem-estar das populações envolvidas.
- 102** Utilizar guias bem preparados, trazidos de grandes centros onde obtiveram formação técnica especializada, está de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável apresentados no texto.

Tendo em vista o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e com base na Lei n.º 9.985/2000, julgue os itens subseqüentes.

- 111 Por suas características e finalidades, as estações ecológicas, as florestas nacionais e as reservas de fauna devem ser de domínio público, impondo-se a desapropriação dos imóveis particulares.
- 112 De acordo com o tipo de atividades autorizáveis e com as características previstas na lei para as categorias de unidades de conservação, a reserva particular do patrimônio natural se caracteriza como unidade de conservação de proteção integral.
- 113 Editado o ato de criação da unidade de conservação, devem ser realizados imediatamente estudos técnicos e consulta pública que permitam identificar a dimensão e os limites da unidade, tendo em vista, inclusive, o princípio da participação comunitária.
- 114 Cada unidade de conservação deve possuir uma zona de amortecimento correspondente ao seu entorno, na qual as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.

QUALIDADE AMBIENTAL

Além de ser um dos maiores países do mundo, o Brasil possui 7.367 km de litoral. Existem no território brasileiro dezenas de portos comerciais e terminais especiais. Dos 22 mais importantes, com grande volume de carga e descarga, 17 são marítimos e cinco fluviais. Com o propósito de conscientizar os governos dos países que integram a ONU a respeito do assunto, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF), foi lançado em 1998, na 42.ª Reunião do Comitê de Proteção do Meio Ambiente Marinho, o Programa Global de Gerenciamento de Água de Lastro (GloBallast). O Brasil foi convidado a participar desse projeto, junto com China, Índia, Irã, África do Sul e Ucrânia. Um dos objetivos do projeto é promover ações coordenadas, nesses seis países em desenvolvimento, que lhes assegurem proteção efetiva contra as conseqüências negativas da introdução de novas espécies por meio da água de lastro.

Julietta Salles Vianna da Silva, Flávio da Costa Fernandes, Karen Tereza Sampaio Larsen e Rosa Cristina Corrêa Luz de Souza. **Águas de lastro: ameaças aos ecossistemas.** In: *Ciência Hoje*, v. 32, n.º 188, nov./2002, p. 38-43 (com adaptações).

Acerca da temática abordada no texto acima, julgue os itens a seguir.

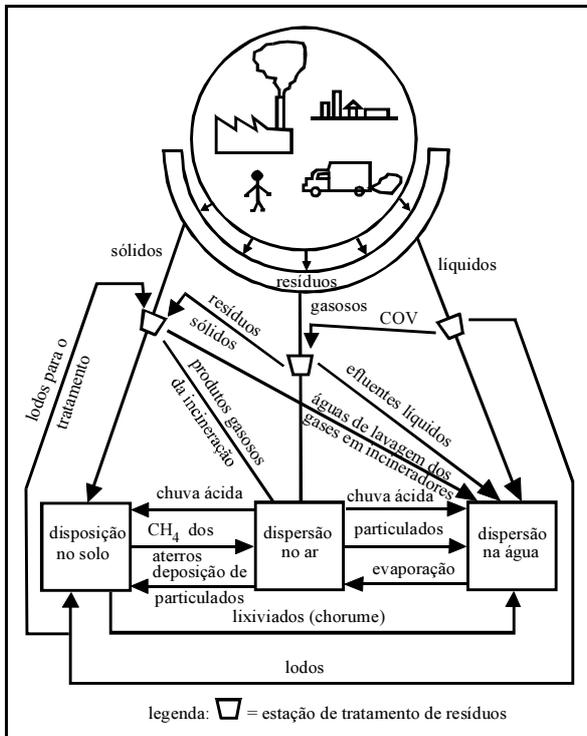
- 115 A água de lastro representa uma ameaça aos ecossistemas costeiros e marinhos, entre outros, por causa da poluição por lançamento de óleo.
- 116 Os terminais especiais a que se refere o texto, nos casos de ampliação, não estão sujeitos, dada a sua especificidade ao licenciamento ambiental.
- 117 As águas de lastro têm alto potencial de impacto sobre a biodiversidade marinha, justamente pelo seu poder de introduzir espécies exóticas.
- 118 O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) deverá prever o zoneamento de usos e atividades na zona costeira e dar prioridade à criação de infra-estrutura portuária que favoreça o deslastre dos navios como requisito do desenvolvimento sustentável da costa brasileira.

Determinada empresa de mineração obteve, junto ao órgão ambiental competente, licença de instalação para explorar cascalho a céu aberto, sendo de 2 m a profundidade máxima autorizada de exploração da lavra. De posse apenas dessa licença, a empresa iniciou e concluiu os trabalhos de mineração. O Ministério Público, após a conclusão dos trabalhos de mineração acolheu denúncia e realizou inspeção na área. Segundo consta do laudo de exame na área de operação, a área explorada não foi recuperada e foram descumpridas quase a totalidade das condições, exigências e restrições estabelecidas na licença. Ainda de acordo com o laudo, a vegetação nativa, que antes do início das operações do empreendimento encontrava-se preservada no local, foi removida e a profundidade da lavra chegou a quase 3 m em alguns pontos. A área explorada ultrapassou a licenciada, invadindo áreas públicas, e não foram cumpridas as medidas constantes do PRAD.

A empresa, em audiência de instrução e julgamento de ação movida contra ela pelo Ministério Público, assume, a título de compensação pelos danos ambientais identificados, a obrigação de financiar, mediante doação de R\$ 50.000,00, a execução de projeto de educação ambiental que inclua a construção de viveiro comunitário de mudas, a capacitação técnica da comunidade e o plantio de mudas para a recuperação da área degradada.

Considerando essa situação hipotética e acerca do ajuste a ser realizado entre a empresa mineradora e o Ministério Público, julgue os itens seguintes.

- 119 O empreendedor não poderia ter iniciado a sua atividade, pois a licença de instalação emitida pelo órgão ambiental é voltada para uma fase anterior ao efetivo início das atividades.
- 120 A profundidade da lavra não pode ser objeto de discussão na audiência de instrução e julgamento porque todo e qualquer processo de licenciamento prevê uma margem de tolerância de 50% como conseqüência da dificuldade de precisão das medidas em campo.
- 121 A compensação ambiental figura como elemento obrigatório em processos de licenciamento ambiental de empreendimentos que provoquem perda de biodiversidade e recursos naturais.
- 122 A compensação ambiental, nesse caso, desobriga a compromissária de retificar o PRAD e executá-lo.



Electro Eduardo Silva Lora. **Prevenção e controle da poluição nos setores energético, industrial e de transporte.** Brasília: ANEEL, 2000, p. 79 (com adaptações).

Considerando a figura acima, que retrata o ciclo de resíduos em uma sociedade industrial, julgue os itens a seguir.

- 123 A instalação de tecnologias de tratamento é vista pelos industriais como inversão de capital altamente produtiva.
- 124 A figura mostra que a disposição de resíduos sólidos em aterros sanitários pode gerar poluição, pois apenas transfere poluentes de um meio para outro.
- 125 A prevenção de poluição na fonte leva ao aumento dos custos para tratamento dos poluentes produzidos pelo processo industrial.
- 126 Padrões secundários de qualidade do ar são valores de concentrações de poluentes abaixo dos quais se prevê o mínimo efeito adverso sobre o bem-estar da população, assim como o mínimo dano à flora e à fauna.

POLÍTICAS PÚBLICAS

A empresa Gama requereu ao órgão ambiental competente a concessão de licença ambiental, com vistas à instalação de um aterro sanitário. A autoridade ambiental competente, após receber o requerimento do empreendedor, expediu licença prévia, determinando, ato contínuo, a apresentação de EIA/RIMA. A empresa Gama contratou, então, equipe técnica formada por três profissionais da iniciativa privada para elaboração do estudo prévio de impacto ambiental destinado a instruir o procedimento de licenciamento. Na elaboração do EIA/RIMA, a equipe técnica omitiu dolosamente informações relevantes à impossibilidade física de instalação da atividade, concluindo o estudo pela viabilidade do empreendimento.

Com base nessa situação hipotética e sabendo que o art. 66 da Lei n.º 9.605/1998 considera crime fazer o funcionário público afirmação falsa ou enganosa, omitir a verdade, sonegar informações ou dados técnico-científicos em procedimentos de autorização ou de licenciamento ambiental, julgue os itens seguintes.

- 127 Os profissionais responsáveis pela elaboração do EIA/RIMA praticaram o crime contra a administração ambiental previsto no art. 66 da Lei n.º 9.605/1998.
- 128 Não há que se falar em responsabilidade penal, uma vez que a atividade pendente de licenciamento independe de estudo de impacto ambiental.
- 129 Destinando-se apenas a aprovar a concepção e localização do empreendimento, bem como a estabelecer os requisitos básicos a serem atendidos nas demais fases de sua implementação, a licença prévia foi corretamente expedida antes da aprovação do EIA/RIMA.
- 130 Sendo provada a participação direta ou indireta na elaboração do EIA/RIMA enganoso, a empresa Gama responderá civilmente por eventuais danos causados ao meio ambiente, ainda que a licença de operação seja expedida pelo órgão ambiental competente.

Em relação às estratégias de proteção do patrimônio florestal brasileiro, julgue o item abaixo.

- 131 O conceito de “preservação permanente” é mais rígido que o de reserva legal florestal, sob o ponto de vista da proteção ambiental, porquanto no primeiro não se admite exploração econômica, salvo hipóteses de estrita conveniência do órgão ambiental competente, ao passo que na reserva legal florestal admite-se seu uso para fins comerciais, em regime de manejo sustentável, sendo vedado, porém, o corte raso.

São apresentados abaixo trechos do Edital n.º 2/2002 do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) referentes às características obrigatórias dos projetos que concorreram à chamada II — Implantação de Planos de Gestão Participativa para o Uso dos Recursos Pesqueiros nas Zonas Costeira e Marinha.

“Os projetos devem:

(...)

- c) desenvolver estratégias para gestão e uso sustentável dos recursos naturais;
- d) estabelecer parcerias, envolvendo todos os usuários diretos dos recursos pesqueiros para aquela área, podendo ser exceção os consumidores. Em áreas onde há conflito de uso entre usuários diretos e indiretos, os usuários indiretos também deverão ser envolvidos no processo de gestão;
- e) prever a formação de uma instância participativa de discussão dos problemas ambientais e pesqueiros, com representatividade dos usuários dos recursos pesqueiros, visando desencadear o processo de mobilização social para a cobrança às instâncias responsáveis pela resolução dos problemas relacionados ao uso dos recursos pesqueiros;
- f) prever a capacitação das comunidades e dos técnicos envolvidos, visando sua participação no processo de gestão participativa.”

Com base nessas informações, julgue os itens a seguir, acerca de políticas públicas na área ambiental.

- 132 O FNMA pode financiar, no âmbito do edital, projeto de cooperação multinacional para patentear conhecimento tradicional indígena do uso da biodiversidade de recurso pesqueiro de água continental, mesmo dispondo de documento formal contrário da comunidade indígena envolvida.

- 133** O edital defende a visão de que o conflito deve ser afastado e ignorado nas políticas públicas, pois contraria o conceito de participação responsável voltada para a sustentabilidade.
- 134** O FNMA não é um fundo setorial e seus recursos provêm, entre outras fontes, do recolhimento de percentual sobre multas aplicadas em razão de crimes ambientais.
- 135** Um projeto para a criação de recifes artificiais, com capacidade de alteração do fundo do oceano, poderia concorrer ao Edital n.º 2/2002 do FNMA e, se avaliado positivamente, deveria ser condicionado ao estudo prévio de impacto ambiental.

Introduzidas no ordenamento jurídico brasileiro pela Constituição da República de 1988 e reforçadas em suas atribuições pela Lei de Responsabilidade Fiscal, as leis de diretrizes orçamentárias (LDO) vêm desempenhando relevante papel na normatização da atividade financeira do Estado, por vezes até preenchendo lacunas na legislação permanente sobre a matéria. Com base no conteúdo da LDO para 2004, Lei n.º 10.707/2003, julgue os itens a seguir.

- 136** Cada programa deve identificar as ações necessárias para atingir os objetivos propostos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

137 Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreendem a programação dos poderes da União, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo poder público, bem como a das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Nacional, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada na modalidade total no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

138 O Tribunal de Contas da União, em seu parecer prévio acerca das contas do governo, classificará os resultados dos programas em satisfatórios ou insatisfatórios do ponto de vista ambiental.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL



Figura I



Figura II. Fundeie a embarcação na areia, pois a âncora jogada sobre os recifes provoca a destruição dos corais e de outros organismos, além de ser proibida por lei (art. 33 da Lei Federal n.º 9.605/1998 de Crimes Ambientais).



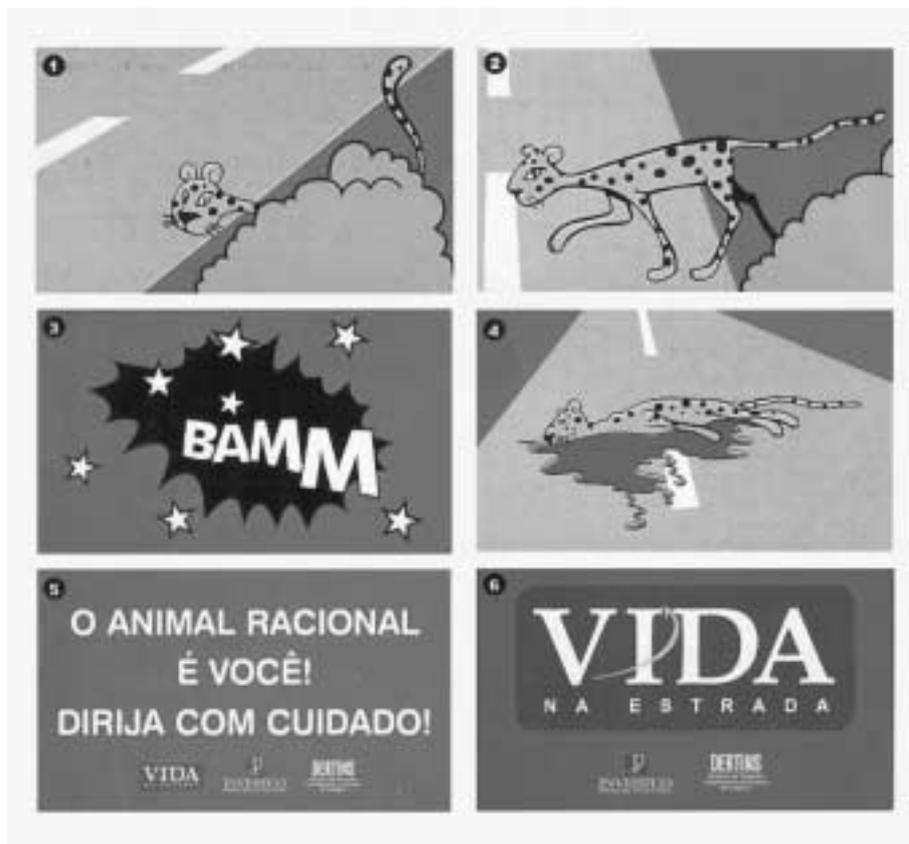
Figura III



Figura IV

ambientes recifais”, produzida pelo Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Biodiversidade e Florestas/Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas. A partir dessas figuras, julgue os itens a seguir.

- 139** A campanha é dirigida para mais de um ator social envolvido, não se limitando apenas aos turistas.
- 140** O material produzido, divulgado na forma de cartazes e cartilhas, é voltado apenas para a educação formal.
- 141** A figura II apresenta uma linguagem visual clara, isto é, o público consegue compreender a mensagem mesmo sem a presença do texto.
- 142** A campanha “conduta consciente em ambientes recifais” está de acordo com os princípios e objetivos da Lei n.º 9.795/1999, e permite integrar este dispositivo legal com outros, tais como o Decreto n.º 4.339/2002 e a Lei n.º 9.985/2000.



A seqüência de figuras acima, batizada de “história em plaquinhas”, foi desenvolvida pela INVESTCO e colocada ao longo das rodovias, com o apoio do Departamento de Estradas de Rodagem de Tocantins, como parte das ações do Projeto Básico Ambiental de Fauna 05 (PBA 05) por ocasião da construção da Usina Hidrelétrica (UHE) Luís Eduardo Magalhães, em Lajeado – TO. Julgue os itens que se seguem a respeito dessa campanha.

- 143** O objeto da campanha está de acordo com as diretrizes gerais da Conferência de Tbilisi e do documento Agenda 21.
- 144** A campanha trata de tema restrito ao contexto do enchimento do reservatório da barragem da UHE de Lajeado – TO.
- 145** A temática tratada na campanha não é considerada interdisciplinar em uma unidade escolar de ensino fundamental, pois se restringe à proteção da fauna silvestre.
- 146** A campanha não segue a estrutura de comunicação de história em quadrinhos, pois os seis quadros são independentes entre si, podendo ser apresentados isoladamente, sem perder o seu poder de comunicação.

A população, quando está ciente do seu poder ou dever de separar o lixo, contribui mais ativamente com os programas de coleta seletiva voltados para a reciclagem do lixo. Pesquisas têm demonstrado que os programas brasileiros de coleta seletiva que investem em campanhas de educação ambiental são os que têm os menores custos. A população separa mais, recolhe mais material, reduzindo os custos por caminhão e de destino final. O lixo separado, quando chega nos centros de triagem ou mesmo nos lixões, facilita o trabalho dos catadores de lixo.

Sândhya A. Pereira e Régis F. G. dos Santos. In: Emílio M. Eigenheer (org.). *Coleta seletiva de lixo: experiências brasileiras*. n.º 2. Rio de Janeiro: Fólio, 1998, p. 25-37 (com adaptações).

Considerando o texto acima e o tema nele abordado, julgue os itens que se seguem.

- 147** Os componentes econômico e tecnológico são fundamentais na implantação de projetos de coleta seletiva de lixo, o que justifica a centralidade desses componentes nos debates ocorridos na Conferência de Estocolmo.
- 148** A temática de resíduos sólidos é eminentemente urbana, não tendo, por essa razão, qualquer destaque exclusivo na Agenda 21. Essa temática vem sendo amplamente discutida no âmbito das Conferências das Nações Unidas para as cidades sustentáveis (Habitat I e II).
- 149** O texto localiza o elemento menos prioritário no âmbito da política dos 3R.
- 150** É correto afirmar que a passagem do estágio de catadores de lixo em lixões (atuando de forma individualista) para o estágio de associações e cooperativas de catadores de lixo nos centros de triagem representa um processo de empoderamento (*empowerment*) desse segmento social.